

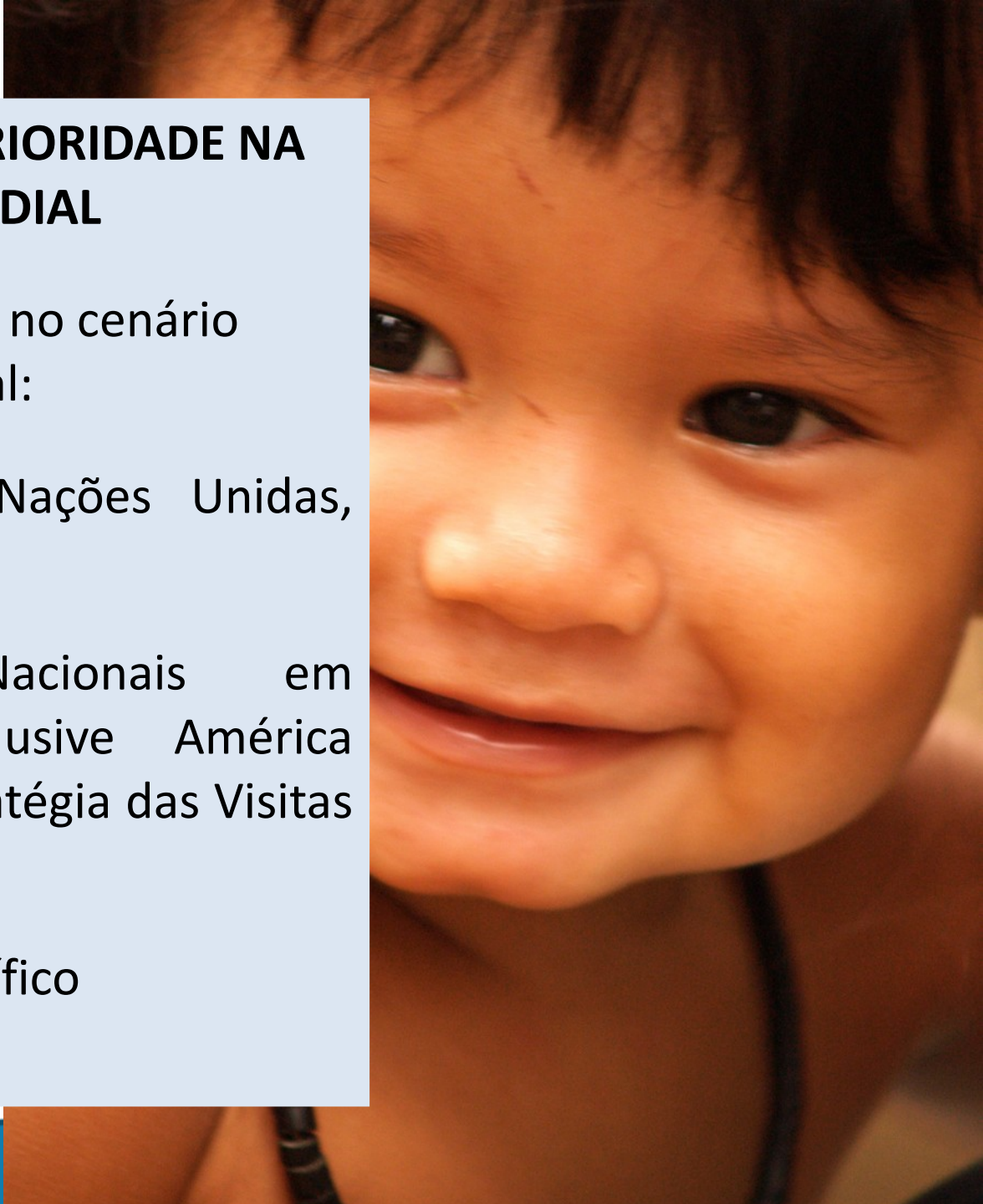
CAPACITAÇÃO DE SUPERVISORES E COORDENADORES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

MAIO/2018

PRIMEIRA INFÂNCIA: PRIORIDADE NA AGENDA MUNDIAL

Tendência observada no cenário internacional:

- Agendas do Unicef, Nações Unidas, Banco Mundial
- Programas/Planos Nacionais em diversos países, inclusive América Latina, incluindo a estratégia das Visitas Domiciliares.
- Avanço no campo científico



PESQUISAS NAS NEUROCIÊNCIAS:

Constataram a importância dos vínculos afetivos e dos cuidados nos primeiros anos de vida, reforçando teorias sobre o desenvolvimento humano de diversos autores – Bowlby, Winnicott, Vygotsky, Spitz, Pikler, dentre outros – que já:

- apontavam a importância dos vínculos, da família, dos cuidados, do brincar e de se oportunizar à criança, em seus primeiros anos de vida, a possibilidade de se desenvolver em um ambiente familiar com segurança, vínculos e proteção.
- destacavam os possíveis efeitos decorrentes da separação das crianças de suas famílias e da privação dos vínculos afetivos significativos nos primeiros anos de vida, quando cuidados substitutivos de qualidade não são assegurados.
- influenciaram evoluções no campo do direito das crianças e das políticas públicas em todo o mundo;

Os estudos no campo das neurociências mostraram que a comunicação dos pais ou responsáveis com as crianças na primeira infância e a sensibilidade às suas necessidades emocionais tem papel importante no desenvolvimento cerebral e podem até mesmo diminuir possíveis impactos negativos ao desenvolvimento infantil decorrentes da vivência em condições adversas, dentre os quais a situação de pobreza.



A Importância da Primeira Infância: Síntese

- Etapa marcada por importantes aquisições para o desenvolvimento humano;
- Dependência da criança do ambiente e de cuidados;
- Pesquisas constataam a importância dos vínculos afetivos e dos cuidados nos primeiros anos de vida;
- Estudos já apontavam a importância do brincar e de um ambiente familiar com segurança, vínculos e proteção para o desenvolvimento da criança.



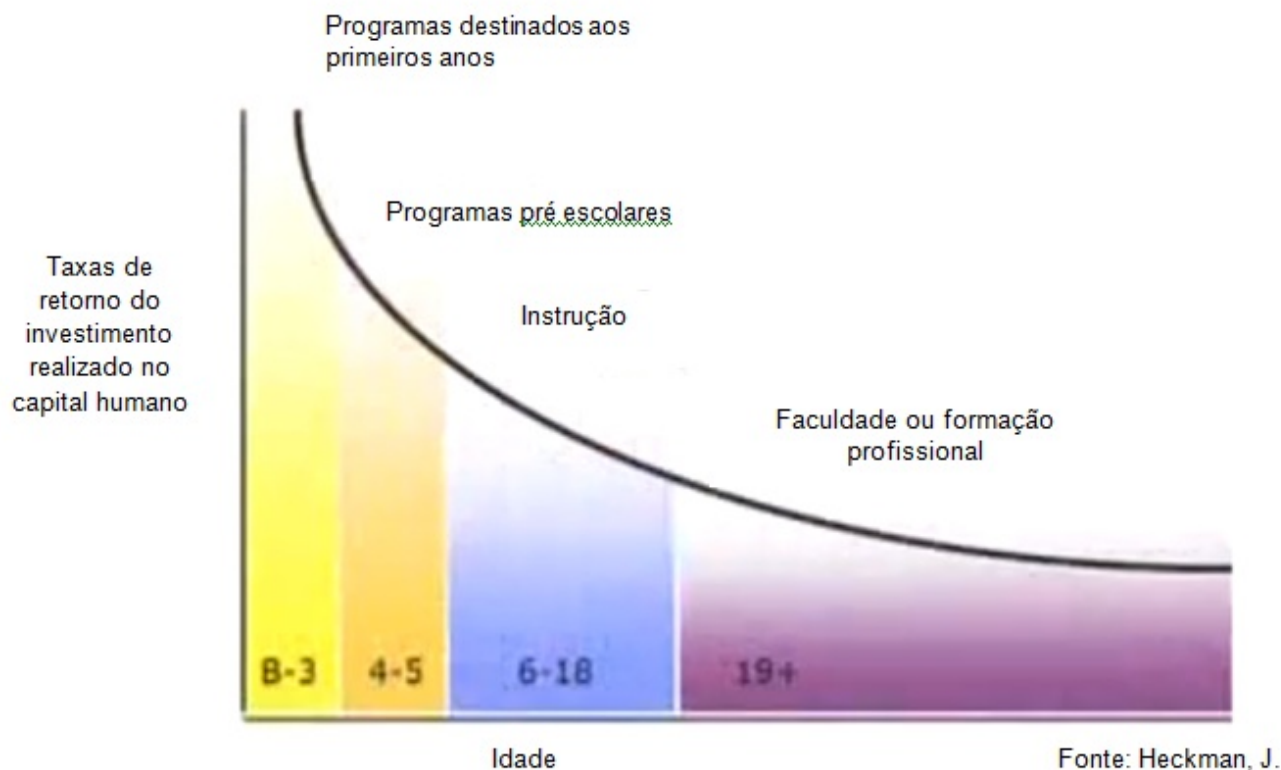
DESIGUALDADES NA PRIMEIRA INFÂNCIA

O Desenvolvimento Integral na Primeira Infância

- 250 milhões de crianças de até 5 anos de idade (43% população mundial nessa faixa etária) estão em risco;
- Estudos longitudinais: subnutrição crônica, pobreza extrema e ausência de estímulos na primeira infância = déficit de aprox. 20% renda média anual na vida adulta;
- Ausência investimentos na primeira infância = impacto 3x a 6x no sistema de saúde.

Fonte: The Lancet

Intervenções preventivas são mais eficientes e produzem resultados mais favoráveis do que remediação tardia



Centro de Desenvolvimento da Criança – UNIVERSIDADE DE HARVARD

PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E AGRÁRIO



**MARCO LEGAL DA
PRIMEIRA
INFÂNCIA**

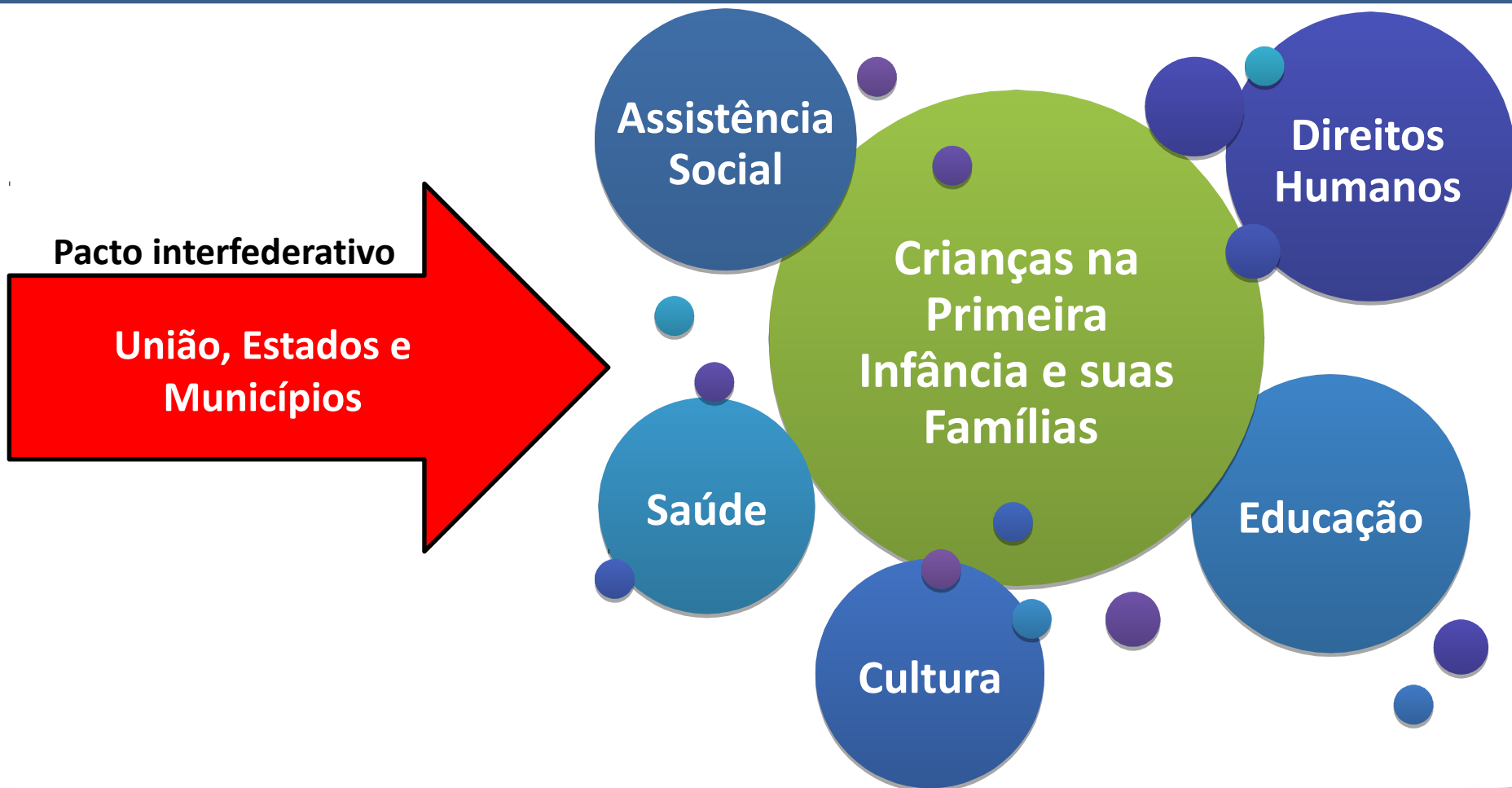
**Lei nº 13.257, de 8
de março de 2016**

**DIRETRIZES E
ESTRATÉGIAS
de apoio às famílias em
sua função de cuidado e
educação para promoção
do desenvolvimento
integral das crianças
na primeira infância**

Art. 14

**PROGRAMA
CRIANÇA FELIZ
Decreto nº 8869/2016**

Ação intersetorial e integrada das políticas voltadas para a criança

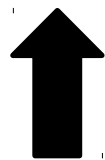


Fortalecimento das redes de proteção e cuidados no território

PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

VISITAS DOMICILIARES

**INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS NO MUNICÍPIO**



PILARES DO PROGRAMA

O Programa Criança Feliz

- ✓ Fortalece a trajetória brasileira de enfrentamento da pobreza com redução de vulnerabilidades e desigualdades;
- ✓ Potencializa a integração do acesso à renda com inclusão em serviços e programas;
- ✓ Renova os compromissos do Brasil com a atenção às crianças com deficiência beneficiárias do BPC e suas famílias e também às crianças privadas do convívio familiar, acolhidas em serviços de acolhimento, e suas famílias.

Objetivos

- Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;
- Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;
- Colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;
- Mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem;
- Integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias.



Público Prioritário

- Gestantes, crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- Crianças de até seis anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada e suas famílias;
- Crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101 da Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990, e suas famílias.



Público Prioritário

Público Prioritário	Quantitativo	Fontes
Crianças beneficiárias do PBF (0 a 36 meses)	3 milhões	SENARC/ pagamentos do PBF de agosto de 2016.
Gestantes beneficiárias do PBF	640 mil	SENARC/ Benefício Variável para Gestante em 2015.
Crianças beneficiárias do BPC (0 a 72 meses)	75 mil	SUIBE/Extração em 25.08.2016.
Crianças em serviços de acolhimento (0 a 72 meses)	8,6 mil	Censo SUAS 2015.

Componentes

I - a realização de visitas domiciliares periódicas, por profissional capacitado, e de ações complementares que apoiem gestantes e famílias e favoreçam o desenvolvimento da criança na primeira infância;

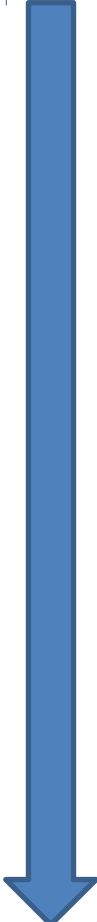
II - a capacitação e a formação continuada de profissionais que atuem junto às gestantes e às crianças na primeira infância, com vistas à qualificação do atendimento e ao fortalecimento da intersectorialidade;

III - o desenvolvimento de conteúdo e material de apoio para o atendimento intersectorial às gestantes, às crianças na primeira infância e às suas famílias;

IV - o apoio aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, visando à mobilização, à articulação intersectorial e à implementação do Programa; e

V - a promoção de estudos e pesquisas acerca do desenvolvimento infantil integral.

Eixos estruturantes da Visitas Domiciliares

- 
- ✓ Metodologia das visitas domiciliares **voltada ao fortalecimento de vínculos, estímulo ao desenvolvimento infantil** e potencialização da capacidade protetiva das famílias (apoio, cuidado, proteção), a partir do **reconhecimento e respeito da realidade das famílias**
 - ✓ **Identificação de demandas** e articulações com a rede para a garantia de acessos a serviços e direitos e redução de desigualdades de acessos; incremento da atenção às famílias do PFB, BPC, da intersetorialidade e da integração entre Serviços e Benefícios e Políticas;
 - ✓ **Acesso das famílias às Políticas** por meio da otimização da rede socioassistencial e serviços repetindo protocolos e fluxos locais.

Visitas Domiciliares

Periodicidade recomendada



Gestante

Visita Mensal



**0 a 36 meses
(PBF e BPC)**

Visita Semanal



36 a 72 meses (BPC)

**Semanal; ou
Visita Quinzenal**

Atores, perfis e funções

PERFIL DO SUPERVISOR

- Experiência em trabalho na área social, especialmente no atendimento direto a famílias e crianças;
- Capacidade de liderança em situações formais e informais;
- Facilidade de comunicação e capacidade para organizar e ministrar capacitação;
- Habilidade para a escuta, para propiciar reflexões a partir de situações concretas de atendimento e orientar o desenvolvimento de ações;
- Domínio de técnicas de trabalho participativo;
- Habilidades gerenciais, especialmente de planejamento, supervisão e gestão de informações pertinentes ao Programa.
- Curso superior completo em áreas afins às de atuação do Programa.

FUNÇÃO DO SUPERVISOR

O Supervisor é a pessoa encarregada do apoio técnico e administrativo aos visitadores e terá como funções:

- Apoiar os visitadores no planejamento e desenvolvimento do trabalho nas visitas, com reflexões e orientações;
- Colaborar com o coordenador do Programa e com o Comitê Gestor no planejamento e implementação das ações;
- Apoiar o processo de composição dos visitadores;
- Organizar, supervisionar e/ou ministrar a capacitação dos visitadores;
- Organizar o plano mensal de trabalho dos visitadores, com definição das famílias por visitador;
- Supervisionar a implementação e o desenvolvimento das visitas domiciliares, assegurando o suporte técnico necessário;
- Articular-se com o CRAS para:
 - viabilizar a realização de atividades em grupos com as famílias (CRAS/UBS);
 - mobilizar os recursos da rede e da comunidade para apoiar o trabalho dos visitadores, o desenvolvimento das crianças e a atenção às demandas das famílias;
 - discutir situações que exijam a articulação com o Coordenador Municipal e/ou Comitê Municipal de modo a facilitar o trabalho em rede no território.

FUNÇÃO DA COORDENAÇÃO MUNICIPAL

- Mobilizar as diferentes áreas para a participação no Programa;
- Coordenar a regulamentação local do Programa e a instituição do Comitê Gestor;
- Participar ativamente do Comitê Gestor e assegurar a promoção efetiva da intersectorialidade, com ênfase no planejamento e na integração das ações e no atendimento às demandas identificadas nas visitas domiciliares;
- Planejar, gerenciar e acompanhar a implantação do Programa, sempre em articulação com o Comitê Gestor;
- Organizar o processo de territorialização e priorização das famílias para as visitas domiciliares;
- Acompanhar e apoiar a composição das equipes de supervisores e visitantes e sua capacitação;
- Informar e sensibilizar a rede e a comunidade para a participação no Programa;
- Monitorar a implantação local e manter atualizado o sistema de informações gerenciais do Programa;

PERFIL DO COORDENADOR

- Curso superior completo;
- Experiência administrativa e gerencial;
- Conhecimento na área, especialmente na área social com famílias;
- Disponibilidade de tempo integral;
- Facilidade de comunicação e de liderança de equipes;
- Capacidade de gerenciar as informações gerenciais do Programa.

PERFIL DOS VISITADORES

- Experiência em trabalho na área social, especialmente com famílias e crianças
- Capacidade de aprender e usar conceitos e técnicas que serão apresentadas na capacitação
- Capacidade de comunicação respeitosa com famílias e habilidades para lidar com crianças
- Postura pessoal que inspire respeito e confiança pelas famílias
- Capacidade e sensibilidade para escutar e interagir com as famílias sem emitir juízo de valor
- Postura ética

FUNÇÃO DOS VISITADORES

- Apoiar a família/cuidadores, compreendendo suas demandas e reconhecendo seu potencial;
- Ter senso crítico para examinar suas próprias limitações e dificuldades e abertura para dialogar com o supervisor, estando aberto às suas orientações e sugestões;
- Organizar o plano mensal de trabalho sob orientação do supervisor;
- Realizar o trabalho de visitação junto às famílias;
- Observar os protocolos de visitação e fazer os devidos registros das informações acerca da visitas;
- Consultar e recorrer ao supervisor sempre que necessário;
- Acolher, registrar, identificar e discutir com o supervisor situações que requeiram encaminhamentos para a rede, visando sua efetivação (como educação, cultura, justiça, saúde ou assistência social);
- Escolaridade: nível médio completo ou superior;

FUNÇÃO DOS VISITADORES

- Participar das reuniões (semanais) de supervisão e formação permanente, compartilhando experiências e dificuldades, mantendo-se atualizado e aprofundando seus conhecimentos e habilidades;
- Identificar e comunicar ao Supervisor a existência de instituições formais e não formais do território (rede e comunidade) que possam contribuir a promoção do desenvolvimento infantil e apoio às famílias;
- Orientar as famílias para acesso ao CRAS e a recursos da rede e da comunidade, sempre que necessário;
- Repassar ao Supervisor informações necessárias para o acompanhamento e boa execução do Programa no território.
- Participar dos processos de capacitação (inicial e permanente).

MUNICÍPIO – Equipe de Referência da Visita Domiciliar

1 profissional de nível médio	30 famílias*
1 Técnico de Referência (40H)	Até 15 visitantes

*Considerando visitas com frequência semanal.

Passo a passo da implantação Do Programa

- **Aprovação pelos conselhos** nos casos em que as regulamentações específicas das políticas integrantes do programa assim exigirem;
- **Constituição do Comitê Gestor e do Grupo Técnico**, definição das políticas que comporão o programa no respectivo âmbito e da área responsável pela coordenação local do programa;
- **Elaboração do Plano de Ação, por intermédio do Comitê Gestor**, que deve conter as diretrizes, ações e metas do programa, responsabilidades de cada política e estratégias para potencializar a intersectorialidade e o trabalho em rede, dentre outros aspectos;
- **Regulamentação do programa**, por meio de instrumento que formalize as políticas envolvidas, responsabilidades e ações, dentre outros Aspectos;

Passo a passo da implantação Do Programa

- Planejamento da implantação e efetivação das ações de mobilização, capacitação e educação permanente, envolvendo as políticas que integram o programa em cada esfera;
- Debate com conselhos setoriais e de direitos, com coordenadores dos CRAS, CREAS, do Bolsa Família e do Cadastro Único e outros parceiros locais, visando a ampliar a participação e a agregar contribuições ao planejamento, regulamentação, implementação e acompanhamento do programa;
- Planejamento e implantação das visitas domiciliares e das ações complementares pelos Municípios;
- Acompanhamento da implantação e monitoramento das ações.